

POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS IMPLANTADOS EM BELO CAMPO (BA)

LUANA LIMA BITTENCOURT SILVA*
ALMIRALVA FERRAZ GOMES†

Resumo

O déficit habitacional é um problema que ainda assola grande parte da população brasileira. Atualmente, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social e o Programa Minha Casa Minha Vida são os programas habitacionais de maior destaque no país, tendo o objetivo de diminuir o déficit habitacional e estimular o desenvolvimento social e econômico da população de baixa renda. Esse estudo teve por objetivo analisar as contribuições para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários desses dois programas habitacionais, na cidade de Belo Campo (BA). Esta pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, sendo ainda um estudo de caso. Como instrumento de coleta, adotaram-se o questionário semiestruturado, o formulário com roteiro estruturado, a análise documental e a observação sistemática não participante. O tratamento dos dados se deu de forma quanti-qualitativa. Os resultados obtidos demonstraram a pouca influência da aquisição da casa própria no condomínio popular para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários, assim como divergências entre as respostas das entrevistas realizadas com os moradores e as respostas das coordenadoras. Ainda foi percebida a falta de fiscalização dos Programas pelo poder público municipal.

Palavras-chave: Habitação; Políticas públicas; Desenvolvimento socioeconômico; Desigualdade social; Exclusão social.

Abstract

The housing shortage is a problem that still plagues much of the Brazilian population. Currently, the Subsidy Program for Social Interest Housing and Program My House My life housing programs are most prominent in the country, with the aim of reducing the housing deficit and stimulate social and economic development of the low-income population. This study aimed to analyze the contributions to the socioeconomic development of the beneficiaries of these two housing programs in the city of Belo Campo (BA). This research is descriptive and exploratory still a case study. As an instrument of collection adopted the semi-structured questionnaire, the form structured, the documental analysis and systematic non-participant observation. The treatment of data is quantitative and qualitative. The results obtained demonstrated little influence the acquisition of home ownership in the popular condominium for the socioeconomic development of the beneficiaries and differences between perceived reality by the residents and the answers of the coordinators. Still was perceived a lack of supervision and implementation of the programmes by the municipal public power.

Keywords: Housing; Public policies; Socio-economic development; Social inequality; Social exclusion.

* Discente do curso de Administração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: <luanna.llb@gmail.com>.

† Doutorado em administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Área: Administração. E-mail: <almiralva@gmail.com>.

I. Introdução

É POSSÍVEL PERCEBER em todo o mundo os avanços da sociedade, ao longo do tempo. Processos de inovação tecnológica, científica, ideológica, política, entre tantas outras áreas de abrangência global, têm-se desenvolvido de forma expansiva, trazendo conquistas e perspectivas de melhorias no mundo. Entretanto, diante de tantos avanços, ainda se convive com o processo de exclusão social que não ficou estagnado no tempo, ou seja, observam-se diversas formas de diferenciações sociais no que tange o desenvolvimento socioeconômico de determinadas parcelas da população.

É notório que a desigualdade social tem ganhado espaço nas discussões da sociedade brasileira, pois se busca, por meio delas, estabelecer soluções cabíveis e viáveis que possam contribuir para um processo de inserção social, voltado às camadas mais pobres e necessitadas da população. Vários projetos têm sido elaborados e implantados a fim de gerar desenvolvimento social, melhorar a vida da população e mudar situações que geram exclusão social na tentativa de dar a essas pessoas oportunidades de se desenvolverem e conquistarem novos horizontes.

Percebe-se que a realidade habitacional não é sempre favorável ao desenvolvimento humano, visto que o déficit habitacional é um problema em diversas partes do mundo, e no Brasil não é diferente. Muitas pessoas vivem em situação de risco ou em condições precárias de moradia, atualmente. Assim, além de privar o indivíduo de uma moradia digna e de perspectivas de uma vida melhor, o déficit habitacional faz com que a desigualdade e a exclusão social prevaleçam.

No intuito de resolver os problemas habitacionais, atualmente, existem dois programas habitacionais públicos de destaque: o Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social e o Programa Minha Casa Minha Vida. Ambos visam diminuir o déficit habitacional e estimular o desenvolvimento socioeconômico da população de baixa renda. O Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH), juntamente com os recursos do FGTS, e o Programa Minha Casa Minha Vida 2, são programas de políticas públicas sociais, voltados para a habitação e que foram implantados em Belo Campo, região semiárida do interior baiano. Porém, existem dúvidas quanto à eficácia desse projeto no que tange à geração de desenvolvimento para os contemplados no âmbito socioeconômico e na

satisfação desses moradores. Desta forma, este estudo pretende analisar a contribuição da aquisição da casa própria para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários do conjunto habitacional popular — Parque Morada Real, em Belo Campo. Para tanto, o presente artigo está estruturado em três seções: a primeira trata da discussão sobre desenvolvimento socioeconômico, desigualdade social, exclusão social e das políticas públicas de habitação no Brasil; a segunda traz a análise dos dados obtidos com a pesquisa; e a terceira trata das considerações finais sobre os principais achados da análise.

Desenvolvimento socioeconômico

O tema sobre desenvolvimento apresenta várias vertentes, que englobam não apenas o crescimento de renda, mas também condições de progresso pessoal e social. Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento traz debates no meio acadêmico e na sociedade.

A ideologia de que grandes somatórios de renda produzem desenvolvimento ainda se faz presente no pensamento de grande parte da população, mas é necessário vislumbrar que o aumento da renda, se, por um lado, não garante satisfação plena ao indivíduo, por outro, é um facilitador para que o indivíduo alcance suas metas e objetivos. Para Sen (2000), a real utilidade da riqueza está nas coisas que ela proporciona ao indivíduo e na liberdade que, de certo modo, o ajuda a ter. Assim, o conceito de desenvolvimento deve ir muito além da medida de acumulação de renda, do aumento do Produto Interno Bruto de um país ou mesmo de outras variáveis ligadas apenas à renda.

Outro ponto importante nessa perspectiva sobre a necessidade de constantes somatórios à renda como condição determinante para gerar desenvolvimento é que nem sempre há preocupação de como essa renda tem sido distribuída entre a sociedade. Dessa forma, ressalta-se que um país desenvolvido economicamente nem sempre terá uma população em estado de desenvolvimento, levando-se em conta a má distribuição da renda e as outras variáveis que precisam ser consideradas ao medir o grau de desenvolvimento da população.

Com isso, surgiu o debate sobre as diferenças entre desenvolvimento e crescimento, principalmente no campo econômico. É importante perceber que, apesar das diversas formas de se entender ou conceituar o termo

“desenvolvimento”, elas não precisam ser excludentes, mas podem aliar-se a fim de se complementarem, dando um sentido mais amplo ao termo.

Por meio desses olhares, há de se ressaltar que o desenvolvimento, em qualquer conceituação, deverá ser resultado de um crescimento econômico atrelado à melhoria da condição de vida do cidadão e da sociedade como um todo, abrangendo todas as classes sociais, a fim de acabar com distinções e mazelas sociais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições precárias de saúde, falta de alimentação, de educação e de moradia.

O desenvolvimento socioeconômico deve ser um dos objetivos do Estado, a fim de poder gerar oportunidade de maior acesso a bens e serviços em virtude da demanda da sociedade. Assim, o Estado não só deve ter condições de investir no crescimento de renda e poder de acesso a bens de sua população, mas também oferecer serviços públicos capazes de promover justiça e igualdade entre seus cidadãos.

Desse modo, através da concepção de atrelamento entre desenvolvimento social e econômico, as políticas sociais precisam definir seu público-alvo de forma que os contempe e vislumbre não apenas como indivíduos desprovidos de renda que necessitam de subsídio, mas como futuros agentes transformadores de suas próprias realidades que se utilizarão do que essa política lhes oferece para conquistarem outros alvos e não ficarem procrastinados esperando que o governo lhes forneça o mínimo para sua sobrevivência.

No Brasil, a desigualdade social é um fenômeno sentido pela maioria dos brasileiros, sobretudo com relação a questões educacionais e econômicas que estão presentes na história nacional. Segundo Salgado (2010, p. 1),

A desigualdade social é todo aquele processo e situação de diferenciação social e/ou econômica. Em termos sociológicos, diz-se que a desigualdade é social na medida em que essa diferenciação é produto da interação entre sujeitos sociais; nesse sentido, tanto o acesso diferenciado às oportunidades como à riqueza econômica se realiza dentro de um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo, inclusive, tal diferenciação pode dar-se entre regiões.

Segundo análise atual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

nadNAD), de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado em 2014 mostrou ligeiro aumento da miséria no país. Tal resultado traz à discussão a dúvida latente em relação aos programas de políticas sociais existentes hoje — como o Programa Bolsa Família e programas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros — se eles têm sido eficientes e eficazes a fim de combater as desigualdades e a pobreza nacional (Ipea, 2015).

A sociedade capitalista, muitas vezes, enxerga e classifica o pobre como um indivíduo aquém das vitórias, desvalorizado e desprovido de competências individuais para alcançar renda maior. Esse pensamento acaba sendo difundido nas diversas faces de comunicação existentes na sociedade, como por exemplo, televisão, rádios, jornais e propagandas e até mesmo, de forma sutil, nos programas assistenciais e na área educativa. Esses são fatores que podem ser considerados como geradores de maior discriminação e marginalização de indivíduos.

Além da desigualdade social, observa-se a exclusão social. Tal fenômeno, existente em todas as partes do mundo e é recorrente nas situações do dia a dia da população, devido a diversos fatores como desemprego, miséria, baixo nível de escolaridade, entre outros, que merece ser mais bem analisado.

A exclusão social é um tema amplo e abordado pelas Ciências Sociais, Psicologia, Antropologia, Ciências Políticas e diversas outras áreas do conhecimento que tentam entender e explicar a sua incidência, suas causas e os desafios para o seu enfrentamento. O fenômeno da exclusão social priva os indivíduos de oportunidades, afastando-os do ambiente social, econômico e cultural. Nessa perspectiva, a exclusão fere os princípios de igualdade e justiça entre a população, afetando o indivíduo não só na esfera social, mas psicológica e moral.

Para Januário et al. (1999), a exclusão social surge, justamente, quando há uma desigualdade tão acentuada que os indivíduos passam a se sentir aquém da busca por oportunidades. Ou ainda, a exclusão é um processo cumulativo que perpassa ao longo do tempo, acentuando-se e persistindo em função do surgimento de novas formas de exclusão e, por conseguinte, perpetuando de geração a geração.

O aumento do desemprego — uma forma de exclusão social — gera pobreza, que, por sua vez, gera mais indivíduos excluídos. Desse modo, há ligação intrínseca entre os dois fenômenos, pois, enquanto houver lacuna

no desenvolvimento socioeconômico do país, haverá mais indivíduos em situação de risco e exclusão na sociedade e, com isso, se gerará um ciclo de ruptura social, composto por falta de oportunidade, desemprego acentuado, aumento da pobreza e exclusão social (Januário et al., 1999). Para Paugam (1996 apud Ferraz, 2006, p. 3), a exclusão abarca situações como precariedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro, combinando privação material, moral e dessocialização, bem como desilusão do progresso.

A pobreza pode ser vista como uma das dimensões mais acentuadas e perceptíveis da exclusão social. Oriunda da ideia de escassez de recursos materiais e econômicos se faz presente na vida de grande parte da população mundial. Com o passar do tempo, o conceito de pobreza começou a ser visto em dimensões mais amplas e complexas, ao se compreender que esse fenômeno é o causador de perdas de oportunidades comprometendo o desenvolvimento humano, social e econômico.

O Brasil tem em sua formação uma grande gama da população em situação de exclusão social, por motivos variados, mas que ainda sofre por falta de medidas integradoras que valorizem todos os cidadãos, independente, de suas classes sociais. Não se deve e nem se pode deixar de notar as conquistas oriundas das políticas públicas em combate à miséria e à diferenciação de classes nas últimas décadas, visto a ascensão econômica de muitos brasileiros e novos horizontes alcançados por estes no setor trabalhista, habitacional e no setor de consumo. Porém, é perceptível que nem todos os problemas estão resolvidos por conta da ascensão de alguns e é preciso repensar e procurar onde estão as falhas e as lacunas das políticas promovidas a fim de erradicar as desigualdades.

Políticas públicas de habitação no Brasil

O histórico do desenvolvimento da política habitacional brasileira perpassa por um longo caminho até a realidade atual. A Fundação Casa Popular, foi a primeira política pública habitacional do Brasil, criada em 1946, a qual financiava a construção de habitações, dava apoio à indústria de materiais de construção e à implementação de projetos de saneamento. Porém, mostrou-se ineficaz às necessidades da população e incapaz de se manter em atividade, notadamente, pela alta inflação da época (Nogueira, 2010).

A partir da década de 1960, a política habitacional desenvolveu-se de forma mais intensa no ambiente político brasileiro e se estabeleceu, em 1964, quando foi criado o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), com a missão de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” para o “mercado popular”, através da Lei n.º 4 380/64 de 21 de agosto de 1964 (Brasil, 1964, p. 1). Inicialmente, o público-alvo era constituído pelas famílias com renda mensal de um a três salários mínimos. Mais tarde, o limite ficou na faixa de cinco salários.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, pôde-se ainda perceber um amplo movimento de organização e mobilização social em torno da política habitacional, na luta pelo processo de redemocratização da sociedade e planejamento para políticas sociais de habitação, de modo que se pensasse na reestruturação urbanística de âmbito local. Assim, surgiram os Planos Diretores, que puderam ser realizados de forma participativa para definir pactos e considerar os conflitos existentes nas cidades (Oliveira & Leal, 2011).

Em 2000, passaram a vigorar os Estatutos das Cidades, que contribuíram para a execução da gestão democrática, procurando efetivar a função social da propriedade, fundamentada na prevalência do interesse comum sobre o direito individual (Chalub, 2000). Em 2003, o Ministério das Cidades foi criado a fim de enfrentar os problemas urbanísticos num âmbito maior. Segundo Bonduki (2009, apud Oliveira & Leal, 2011, p. 11), no ano de 2004, foi aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH), que passou a ser vista da seguinte forma:

Como principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo Governo Federal, objetivando promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social.

Ao longo do tempo, o Brasil passou a contar então com diversos programas de políticas públicas de habitação, o maior dos quais foi e ainda é o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado no governo Lula (2003-2010), em abril de 2009, com meta de construir um milhão de moradias

para atender a população brasileira que não possuísse casa própria. Ao atingir esta meta, o Programa entrou em sua segunda fase (2011-2014), que teve como objetivo construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% seriam voltadas para famílias de baixa renda. Já para a terceira fase, que se iniciou em 2015, a intenção do governo era de construir três milhões de novas casas.

A questão habitacional, atualmente, pode ser considerada um dos principais desafios urbanos de cunho social no Brasil. Existem, em diversas partes do país, problemas de infraestrutura e, com isso, há necessidade de soluções que possam sanar as dificuldades do grande número de famílias sem casa própria.

Em âmbito estadual, no Brasil, cada estado possui diretrizes específicas para o funcionamento da Política Estadual de Habitação de Interesse Social (Pehis). Na Bahia, por exemplo, a Lei n.º 11.041/2008, define a regularização fundiária como uma intervenção pública que “busca o reconhecimento de direitos e situações consolidadas das populações de baixa renda com o objetivo de promover a segurança da posse e a integração sócio-espacial” (Bahia, 2008, p. 1).

Para tal Lei, habitação é uma moradia digna quando oferece “condições de salubridade, segurança e conforto aos seus habitantes, acesso aos serviços básicos, e que esteja livre de qualquer discriminação no que se refere à habitação ou à garantia legal da posse” (Bahia, 2008, p. 1).

Observa-se ainda, na Bahia, que o Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH) é uma linha de crédito direcionada à produção de empreendimentos habitacionais com o objetivo de subsidiar a produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda, nas formas de conjunto ou de unidades isoladas. Esse trabalho se dá em parceria com o setor público, que possibilita a aquisição ou construção de casas populares para a população de baixa renda.

Diante do exposto, percebe-se que um dos maiores desafios da política habitacional é promover condições adequadas de habitação e sobrevivência para seus beneficiários, garantindo-lhes acesso à moradia digna (com estrutura física, rede de água, rede de esgoto, energia elétrica, entre outros fatores), serviços básicos de educação, saúde e também lazer. Em tese, o maior esforço que se entende como base de programas de política social habitacional é levar aos desfavorecidos direitos e formas de inclusão social que gerem resultados e mudança em perspectiva de vida dos beneficiários.

É possível notar ainda que os empreendimentos que formam um conjunto ou um condomínio habitacional popular trazem tanto mudanças espaciais quanto mudanças sociais para os seus beneficiários e, dessa forma, esses sujeitos precisam readequar-se para conseguirem viver no novo ambiente de moradia e em seu entorno. A implantação de mecanismos de acompanhamento e fiscalização que garantam a efetividade dos objetivos do programa podem ser grandes aliados para que as pessoas possam lidar com essas mudanças e a promover melhorias, de modo que se tornem agentes críticos, ativos e transformadores de suas próprias realidades.

Procedimentos metodológicos

Quanto ao tipo, as pesquisas podem ser classificadas em exploratória, descritiva e explicativa, até mesmo uma pesquisa pode receber mais de uma classificação. Esta pesquisa, portanto, caracteriza-se como exploratório-descritiva, ao buscar o alcance dos objetivos propostos com maior esclarecimento dos dados, credibilidade ao estudo realizado e apego à realidade do objeto de estudo. A estratégia de pesquisa do presente estudo foi o estudo de caso. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso pode ser considerado uma técnica de investigação empírica que procura investigar um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, baseando-se em várias fontes de evidências.

A unidade de análise da pesquisa corresponde ao condomínio popular Parque Morada Real, construído pelo Programa de Subsídios à Habitação, juntamente com os recursos do FGTS e pelo Programa Minha Casa Minha Vida 2, na cidade de Belo Campo, localizada no semiárido do interior da Bahia. De acordo com a Prefeitura Municipal, cento e noventa e nove famílias foram contempladas com tal benefício. Assim, considerando uma margem de erro de 6% e nível de confiança de 96,41%, estabeleceu-se que a amostra probabilística seria de cento e vinte e oito unidades familiares.

Em virtude da necessidade de se conhecer de forma ampla a realidade da população de beneficiários do PSH e do PMCMV2 de Belo Campo, os instrumentos de coleta escolhidos para essa pesquisa foram, o questionário semiestruturado, que foi dirigido à coordenadora dos programas habitacionais e à coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social do município, o formulário com roteiro estruturado, que foi respondido

pelos beneficiários com auxílio dos pesquisadores, a análise de documentos que tratavam dos Programas Habitacionais e a observação sistemática não participante. Assim, a pesquisa realizada se pautou no modelo quali-quantitativo a fim de chegar a uma visão holística quanto a real situação do objeto estudado, trazendo dados objetivos e subjetivos sobre ele para que os resultados possam ampliar sua utilidade, facilitar a compreensão dos interessados e aumentar a credibilidade do estudo.

Conjunto Habitacional Parque Morada Real em Belo Campo

Dentre os pesquisados, quanto ao sexo, foi perceptível maior presença de respondentes do sexo feminino, totalizando 69,53% dos beneficiários entrevistados. Levando-se em consideração que a pesquisa foi feita em dias úteis e em horário comercial, foi possível observar que os homens, na maioria, constituem-se como “provedores do lar”, ao passo que muitas mulheres se dedicam aos serviços domésticos e cuidados com os filhos, justificando assim a diferença entre a maior predominância de respondentes do sexo feminino na pesquisa de campo.

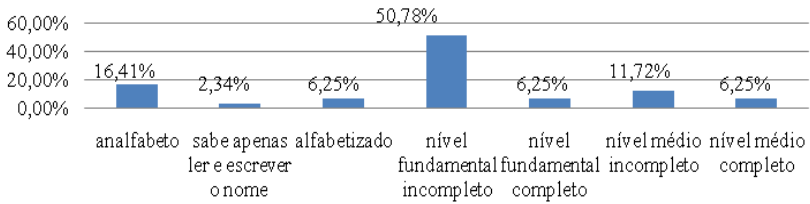
Em relação à idade, foi possível perceber a predominância de beneficiários com idade entre 28 e 37 anos, em relação a ambos os sexos, correspondendo a 30,47% dos entrevistados, seguidos em ordem decrescente de 25% de respondentes com idade entre 18 e 27 anos, 19,53% com idade entre 38 a 47 anos, 9,38% com idade entre 48 a 57 anos, 8,59% com idade acima de 57 anos e 7,03% menores de 18 anos.

Nesse quesito, um dado importante a ser analisado, é o fato de que todos os entrevistados menores de 18 anos do sexo feminino já são “chefes” familiares da residência pesquisada e têm filhos. Assim, observa-se que, essas jovens, até mesmo por se tornarem mães muito cedo, passaram a assumir maiores responsabilidades.

Já sobre a etnia, a predominância de declaração se dá para a cor parda e negra: 50% de respondentes pardos e 37,5% de respondentes se declararam negros. Os respondentes brancos foram minoria, tanto entre os do sexo masculino, quanto os do sexo feminino.

O nível de escolaridade dos beneficiários é um dado que revela um baixo nível de escolaridade da maior parte dos entrevistados, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1. Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

A maior parte dos entrevistados tem o nível fundamental incompleto, totalizando 50,78% da amostra. Dentre todos os entrevistados, apenas uma chefe familiar se encontra matriculada para continuação dos estudos. O número de analfabetos (16,41%) é alto em comparação aos demais níveis de escolaridade, ocupa a segunda posição com maior quantidade de entrevistados. Maior ainda se somado aos que apenas aprenderam a ler e escrever o próprio nome sem ter frequentado nenhum tipo de escola. Analisou-se que não há índice de analfabetos com idade abaixo de 28 anos. Em contrapartida, 81,82% dos respondentes acima dos 57 anos são analfabetos, enquanto o restante desta faixa etária apenas sabe ler e escrever o nome.

Segundo dados do IBGE (2014), o número de indivíduos brasileiros analfabetos com quinze anos de idade ou mais tem se mantido em ritmo decrescente desde o ano de 2007 até o ano de 2014, caindo de 10,1% para 8,3%. Ainda, segundo a mesma pesquisa, existiam 11,2% da população, em 2014, sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Desse modo, é perceptível que muitas pessoas ainda não saíram da situação de analfabetismo, principalmente as com baixa renda mensal, como é o caso dos respondentes dessa pesquisa.

Analisando as respostas dos entrevistados sem nível médio completo, verifica-se que apenas 33,33% dos que têm nível médio incompleto desejam estudar, a fim de concluir este ciclo. Dos demais informantes pesquisados, somente duas mulheres disseram interessar-se em “algum dia” voltar a estudar, porém, encontram dificuldade para sair de casa, devido à tarefa de cuidar dos filhos e da casa, mesmo quando os maridos estão presentes, de acordo com o seu relato.

A quantidade de entrevistados com nível médio completo é de 6,25%. Não há moradores em graduação de nível superior e apenas uma moradora

(em condição de moradia cedida no condomínio) disse ter vontade de ingressar em uma faculdade/universidade. Todos os entrevistados com nível de escolaridade a partir da alfabetização estudaram em escola pública, totalizando 81,25% da amostra pesquisada.

Tendo em vista que o desenvolvimento socioeconômico não pode ser medido apenas pelo acréscimo na renda mensal do indivíduo, pode-se denotar que a educação tem um papel primordial para criação desse desenvolvimento. Porém, a realidade observada junto aos moradores do condomínio faz com que se perceba o quesito educação como uma das condições desfavoráveis para estes beneficiários. A falta de educação, conseqüentemente, tende a gerar alienação social e política, o que também tende a interferir nos processos de mobilização social, cultural e espacial.

A satisfação plena do indivíduo, por sua vez, também não pode ser gerada sem o desenvolvimento social. Desse modo, a escola local é um espaço onde o indivíduo se capacita, tem oportunidade de formar opiniões críticas, de inserir-se socialmente e obter melhores perspectivas de futuro. Sem a educação adequada, a tendência é que aumente o subemprego e o desemprego, a desigualdade e a exclusão social.

Quando Sen (2000) se refere às “liberdades substantivas” como essenciais à satisfação do indivíduo, percebe-se que, dentre elas, destacam-se, também, as plenas condições de leitura e cálculos, a participação política e a liberdade de expressão. Esses quesitos são fomentados no ambiente escolar e isso traz à luz a perspectiva de que sem a formação escolar o indivíduo dificilmente consegue desenvolver essas capacidades de forma satisfatória.

Com relação à quantidade de moradores no domicílio não há muita variação quanto à situação atual e à situação anterior, ou seja, após a mudança para o Condomínio, houve pouco aumento do número de moradores nas residências. Observa-se que a média de residentes atuais da casa gira em aproximadamente quatro moradores e que o desvio padrão da média é baixo (0,57), o que demonstra um média acentuada, como pode ser observado na Tabela 1. De acordo com a Tabela 1, pode-se verificar que a opção dois a quatro moradores se destaca com 68,75%, reafirmando assim, o resultado obtido com a média ponderada.

Tabela 1. Quantidade de moradores. Comparação entre situação atual e situação anterior de moradia

Quantidade de moradores na residência	Situação atual		Situação anterior	
	Quantidade	%	Quantidade	%
1	2	1,56	1	0,78
2 a 4	88	68,75	89	69,53
5 a 7	36	28,13	32	25,00
8 a 10	2	1,56	5	3,91
Mais de 10	0	0,00	1	0,78
Total	128	100,00	128	100,00
Média de moradores na residência (situação atual)			3,8984375	
Desvio padrão (situação atual)			0,578245408	
Moda (situação atual)			2 a 4	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto à existência de moradores com trabalho fixo é possível perceber que houve mudança relativa da quantidade de pessoas que migraram de nenhum morador com trabalho fixo para um trabalhador fixo após a aquisição da casa no condomínio popular. Esta parcela da população pesquisada totalizou o montante de 7,03%. O total não é tão alto quando se analisa a frequência (nove domicílios com realidade modificada), mas demonstra que ao menos estas pessoas tiveram melhores oportunidades e conseguiram um trabalho fixo, ajudando, assim, na composição da renda familiar e, até mesmo, alcançando melhores condições de vida.

Mesmo diante dessa mudança, percebe-se que o número de domicílios sem moradores com trabalho fixo é a maior parcela da amostragem, atualmente, 51,56% dos entrevistados. Os domicílios com somente um morador que possui trabalho fixo representam 42,97% do total e aqueles com dois ou até com quatro moradores com trabalho fixo representam apenas 5,47% da amostra. Neste caso, não houve alteração após a mudança para o condomínio popular, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Quantidade de moradores com trabalho fixo, situação atual e situação anterior

Quantidade	Situação atual		Situação anterior		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
0	66	51,56	75	58,59	
1	55	42,97	46	35,94	
2 a 4	7	5,47	7	5,47	
	Total	128	100,00	128	100,00
	Média de moradores com trabalho fixo (situação atual)				
	Desvio padrão (situação atual)				

Fonte: Pesquisa de campo, 2016

A média de trabalhadores fixos atuais por residência gira em torno de aproximadamente 0,64, com desvio padrão de 0,19 (Tabela 2). Tal dado é preocupante e traz a reflexão sobre as condições econômicas dessas famílias que, em sua maioria, composta por dois a quatro moradores, precisam sobreviver com renda familiar muito baixa. Esse dado revela, ainda, a acentuada condição de pobreza e de baixo nível de formação dos moradores.

A melhoria da condição de renda do indivíduo é também um dos pilares para que a desigualdade econômica do país possa diminuir. Para isso, um emprego fixo se faz necessário para que o indivíduo possa alavancar sua carreira dentro da sociedade, buscando por igualdade e justiça socioeconômica. Em contrapartida, a falta de emprego tende a gerar exclusão social e pobreza.

De acordo com Oliveira (2002), o desenvolvimento é percebido juntamente com a evolução econômica, política, humana e social. Os dados da pesquisa denunciaram a extrema precariedade das condições geradoras de desenvolvimento que o condomínio e o poder público têm oferecido aos beneficiários. Assim, encontraram-se muitos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica e social no ambiente pesquisado.

A maior parte dos entrevistados não possui uma profissão estabelecida e nem todos os que têm uma profissão estabelecida encontram-se empregados. É perceptível que o nível de geração de empregos na cidade é baixo. Tendo em vista que Belo Campo é uma cidade pequena e interiorana, não há muitas opções de trabalho. As opções de emprego mais perceptíveis de emprego estão no serviço público, no comércio da cidade, em construções ou reformas particulares e na lavoura.

Partindo da premissa de que o nível de escolaridade influi no desenvolvimento profissional e de renda do indivíduo, é possível estabelecer uma relação entre a quantidade de moradores empregados e seu nível de escolaridade. Quanto menor o nível escolar e a falta de cursos profissionalizantes, menores são as chances de se encontrar um emprego ou mudar para um emprego melhor, visto a competitividade do mercado e a pouca oportunidade encontrada na cidade.

O desemprego pode ser visto como uma forma de exclusão social à medida que gera pobreza, discriminação, marginalização, falta de oportunidade e leva os indivíduos a viver em situação de risco. Assim, percebe-se que muitos dos moradores do condomínio tendem a ser excluídos socialmente, pelas condições precárias em que vivem atualmente. Essa percepção é preocupante e precisa ser observada pelo poder público e pela sociedade, para que se unam em prol da melhoria de vida para uma população que também é integrante do processo de desenvolvimento da cidade.

Para Paugam (1996 apud Ferraz, 2006), a exclusão social pode ser gerada por empregos precários, ausência de qualificação, desocupação, privação material e moral e ainda pela desilusão do progresso. Diante disso, é preocupante a situação dos entrevistados em relação ao desenvolvimento profissional, visto que são pouquíssimos aqueles que conseguiram realizar algum curso profissionalizante. Ademais, a falta de perspectiva está presente no depoimento da maioria. Não parece haver interesse em investir na carreira profissional ou galgar novos horizontes de emprego. Aliás, o que predomina é um sentimento de desilusão e conformismo com a situação em que vivem. Para Januário et al. (1999), a exclusão social surge, justamente, quando a desigualdade se acentua de tal forma, que o próprio indivíduo se sente aquém da busca por oportunidades — o que foi percebido em várias entrevistas.

Os moradores pesquisados, também, relataram não haver nenhum projeto ou incentivo econômico do poder público destinado aos moradores do conjunto habitacional desde que passaram a residir no local. Esse dado contradiz com a resposta da coordenadora da Secretaria Municipal de Assistência Social, também responsável pela coordenação dos programas habitacionais públicos da cidade. Segundo a coordenadora, cursos gratuitos são oferecidos aos beneficiários a fim de estimular o seu desenvolvimento socioeconômico. São cursos de corte e costura, de tecelagem e de bordados.

A informação dada pela coordenadora ainda é mais contrastante com a pesquisa quando se a relaciona com os cursos de profissionalização que os beneficiários declararam ter realizado, pois nenhum dos cursos, citados pela coordenadora, aparece entre as respostas, nem mesmo entre os projetos governamentais dos quais os informantes participaram ou participam. Assim, é necessário que se investigue se os cursos estão sendo oferecidos e os beneficiários não estão tomando conhecimento ou mesmo se outras pessoas não beneficiárias estão realizando os cursos que são voltados para os contemplados com as casas populares.

Já a coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social (Cras) disse não haver ações sociais voltadas apenas para os beneficiários do condomínio popular, pois as ações são desenvolvidas para todos os referenciados, de acordo com as suas necessidades, inseridos no Paif (Proteção de Atendimento Integral à Família) ou no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Porém, ela afirmou existir oficinas ocupacionais de desenvolvimento profissional de crochê e manicure.

A média da renda mensal familiar atual gira em torno de R\$ 467,17 considerando os intervalos obtidos na pesquisa. Este valor corresponde a menos da metade do salário mínimo vigente (R\$ 880,00). Atrilando esse resultado à média de pessoas residentes na casa atual, que é de 3,89 pessoas por residência, o resultado demonstra que a média da renda *per capita* dos condôminos é de R\$120,10. Isso inclui a maior parte dessa população dentro da “linha de pobreza”, de acordo com o Decreto n.º 8.232, de 30 de abril de 2014, que se refere a uma renda *per capita* de até R\$ 154,00.

Essa realidade se dá, até mesmo, em casas onde há trabalhadores fixos, porque os trabalhos ofertados na cidade, raramente, pagam o equivalente a um salário mínimo ou mais. O pagamento de salário mínimo se dá apenas em poucas empresas que têm empregados registrados pelo regime da Consolidação de Leis Trabalhistas ou instituições públicas, muito embora contratados da Prefeitura Municipal da cidade declararam ganhar em média a metade do valor do salário mínimo.

O aumento de renda, por si só, não produz melhoria da qualidade de vida do indivíduo, mas o ajuda a conseguir melhorias nas condições em que vive, trazendo a ele, conforto, maior poder de compra, aumento do estado de bem estar pessoal e familiar, bem como motivação para alcançar outros objetivos. Segundo Sen (2000), a riqueza tem utilidade maior pelas coisas que pode proporcionar ao indivíduo. A mudança na renda média

familiar dos entrevistados foi inexpressiva, mas pode-se analisar que, ao sair do aluguel, o indivíduo tende a utilizar este valor para adquirir outras coisas, sejam itens de subsistência, melhorias estruturais na casa ou bens móveis ou imóveis.

De acordo com Lampreia (1995), o desenvolvimento econômico não pode ser visto como parte isolada do desenvolvimento social. Assim, políticas públicas econômicas e sociais precisam existir a fim de gerar melhor distribuição de renda. Atualmente, percebe-se que o Programa Bolsa Família, um programa do poder público para desenvolvimento econômico, beneficia alguns dos moradores do condomínio, melhorando sua condição econômica, porém, como visto, a renda média desses moradores ainda continua baixa e a taxa de desemprego é bastante alta. Desse modo, é possível constatar que, além de incentivo econômico, é necessário que se invista no desenvolvimento social dos indivíduos do conjunto habitacional.

A composição da renda mensal familiar é, na maior parte das famílias entrevistadas, composta atualmente por apenas o valor recebido pelo Programa Bolsa Família (PBF) (36,72%) ou apenas ganho esporádico (28,13%). Os que dependiam apenas do Programa Bolsa Família (PBF) antes de se mudarem caiu em 7,81%, enquanto os que dependiam apenas de ganho esporádico tiveram queda de 10,94%. Assim, os dependentes apenas do PBF aumentaram e os de apenas ganho esporádico diminuíram (Tabela 3).

Tabela 3. Composição da renda média mensal familiar

Tipo de composição de renda	Situação atual		Situação anterior	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Somente Pensão	4	3,13	3	2,00
Somente Aposentadoria	4	3,13	3	2,34
Somente Bolsa Família	47	36,72	37	28,91
Somente Ganho Fixo	12	9,38	15	11,72
Pensão e Aposentadoria	5	3,91	5	3,91
Somente Benefício de Prestação Continuada	6	4,69	6	4,69
Somente Ganho Esporádico	36	28,13	50	39,06
Pensão e Bolsa Família	1	0,78	1	0,78
Bolsa Família e Ganho Esporádico	2	1,56	2	1,56
Bolsa Família e Ganho Fixo Mensal	8	6,25	4	3,13
Salário e Aposentadoria	3	2,34	2	1,56
Total	128	100,00	128	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O conjunto habitacional é composto por 170 casas com 5 cômodos (1 sala, 2 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro) e 29 casas com 6 cômodos (1 área externa, 1 sala, 1 cozinha, 2 quartos e 1 banheiro). Nenhuma casa conta com muro externo construído. O piso é de cimento, janelas e portas de madeira e sem forro no projeto inicial. Segundo os moradores, a cozinha das primeiras 170 construções é composta por um espaço estreito e curto. Por este motivo, houve muitas modificações para crescimento desse cômodo.

Uma habitação digna gera melhor qualidade de vida e é vista como o pilar de apoio para todas as demais relações e atividades socioeconômicas do indivíduo, segundo Cherkezian & Bolaffi (1998 apud Borges, 2013). Assim, a contextualização do ambiente igualitário e capaz de gerar satisfação intrínseca do ser humano tem relação direta com a moradia em que reside. Percebeu-se na pesquisa que muitas residências ainda não podem ser consideradas como dignas devido à precariedade da construção e também à insuficiência de espaço se se considerar a relação espaço/quantidade de residentes.

A aquisição de bens móveis e imóveis não foi tão grande após a mudança de residência. Muitas pessoas ainda não conseguiram adquirir bens, nem mesmo eletrodomésticos ou eletroeletrônicos (geralmente produtos de baixo custo) após a mudança para o condomínio. Os bens adquiridos, em sua maioria, são básicos para uma residência, como aparelho de som e televisão na categoria de eletroeletrônicos, geladeira e fogão na categoria de eletrodomésticos e sofá, armário, mesa e cama na categoria de móveis. Apenas um morador conseguiu adquirir um terreno após a mudança para o condomínio e seis adquiriram moto ou carro. Essas respostas demonstram o impacto da obtenção de uma casa própria. O poder de compra dos moradores, potencialmente, cresce, pois deixam de pagar aluguel.

Esse resultado revela a existência de benefícios no aumento do poder aquisitivo dos moradores após a mudança para o condomínio popular, porém, percebe-se que não há muita incidência de bens de médio ou alto valores, como carros, motocicletas ou imóveis. Este resultado denuncia que o rendimento dos moradores é baixo e que o progresso econômico não faz parte daquela realidade. Até o presente momento da pesquisa, percebe-se também a situação de pobreza dos moradores do condomínio, levando-se em consideração não apenas a falta de recursos materiais e econômicos, mas a precariedade das condições de moradia, o baixo índice de

empregabilidade, o baixo nível de formação escolar e profissional, a falta de oportunidades de progresso pessoal e a não satisfação de necessidades básicas monetárias ou não monetárias Januzzi et al., 2014).

Não ter poder aquisitivo para acesso a bens materiais é visto como uma das vertentes para a caracterização de pobreza, mas não é a única. Os resultados obtidos com o estudo até o momento têm relação com as considerações do Pnud (1997 apud Vieira et al., 2012) que tratam dos múltiplos aspectos da pobreza, como, por exemplo, a insuficiência de renda, a falta de poder aquisitivo, a precariedade da educação e de serviços básicos a população, a exclusão social e o roubo da confiança e da dignidade. Muitos desses aspectos foram observados na pesquisa, o que demonstra a realidade de pobreza e exclusão em que os beneficiários ainda se encontram, mesmo após a aquisição da casa própria.

Mais uma vez, esses resultados demonstram falhas no que tange ao atendimento dos objetivos gerais da política habitacional social que, teoricamente, não busca apenas garantir a posse de uma moradia ao beneficiário, mas, sobretudo, garantir o desenvolvimento do beneficiário e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidade e de toda a sociedade. Em outros termos, nenhuma localidade possui condições de se desenvolver potencialmente quando não direciona corretamente suas políticas a fim de gerar justiça, equidade e inserção social à sua população.

Uma política habitacional deve não apenas visar a entrega de uma casa própria a seus beneficiários, ou seja, deve especialmente integrar a capacidade e as particularidades dos indivíduos atendidos, para que haja desenvolvimento socioeconômico gradativo, tanto dos beneficiários, quanto da sua família, da comunidade e da própria cidade em que se vive. O que se percebe, porém, no condomínio popular investigado, é a falta de atenção do poder público para com os beneficiários após a entrega da casa própria, em muitos quesitos, destacando-se o desenvolvimento socioeconômico, a qualidade de vida, a segurança e o fomento à mobilização social.

A política habitacional nasce com o objetivo de sanar o problema do déficit habitacional. O déficit habitacional, por sua vez, pode ser expresso não apenas pela falta de moradia, mas pela falta de moradia adequada para a sobrevivência digna, segura e com serviços básicos de boa qualidade. Dessa forma, avalia-se que o condomínio popular da cidade não tem atendido às expectativas de sanar o déficit habitacional da cidade, ao passo que não tem possibilitado serviços de saneamento básico de qualidade,

formas de desenvolvimento socioeconômico para os beneficiários e nem mesmo a estrutura urbanística e física de uma casa que corresponda à definição de moradia digna, muito embora os beneficiários preferam morar no condomínio do que pagarem aluguel.

A coordenadora do Cras afirma que os resultados desses programas habitacionais no condomínio popular têm sido bons e que estão proporcionando estabilidade residencial. Porém, percebe-se que a situação do local onde residem não tem sido favorável para a satisfação e a qualidade de vida dos beneficiários. O grau de insatisfação e de muita insatisfação chega a 79,69% da população pesquisada. Até mesmo os que se dizem satisfeitos, relatam que há possibilidade de sobreviver normalmente no local, mas que as condições de vida seriam bem melhores se houvesse pavimentação e organização suficiente, ou seja, reclamam veementemente da estrutura urbanística do condomínio.

Percebeu-se ainda, que 73,44% dos moradores afirmam possuir o desejo de se mudar do local. A coordenadora dos programas habitacionais acredita que os objetivos do projeto de habitação na cidade estão sendo alcançados, garantindo maior conforto, segurança e bem-estar para os habitantes, mas o índice de moradores que desejam mudar-se do local demonstra que os moradores não interpretam tal ação da mesma forma.

Esse resultado demonstra que, apesar de a política habitacional da cidade estar beneficiando muitas famílias, a maioria não se encontra satisfeita com as condições nas quais vive. Observa-se que o objetivo de atender à necessidade latente da população por moradia digna, bem como estimular os beneficiários à ascensão social, não tem sido atendido. Ademais, são poucas as condições de estrutura urbanística, saneamento básico, segurança e, até mesmo estrutura das casas que oferecem dignidade ao beneficiário.

Considerações finais

Os resultados obtidos com a pesquisa denunciam que os objetivos dos programas habitacionais não tem logrado êxito, muito embora a coordenadora do Cras afirme o contrário. A realidade observada assusta à medida que se percebe que o conjunto habitacional popular da cidade detém tantos problemas e tão poucos resultados positivos na vida dos beneficiários. São habitantes que, em sua maioria, não voltaram a estudar,

não tiveram aumento significativo em suas rendas familiares, não conseguiram empregos dignos, não possuem condições de fazer ajustes estruturais nas casas para acondicionar com conforto suas famílias, são discriminadas pela sociedade, não possuem entrosamento social e não têm desejo de se estabelecer no local por longo tempo.

Falta fiscalização e medidas, tanto protetivas quanto preventivas, para que esses beneficiários possam desenvolver seu potencial diante da sociedade, vislumbrar novas perspectivas de vida e sair da zona de exclusão, desigualdade e pobreza em que vivem. Este processo, por sua vez, não deve ser observado apenas como uma obrigação do Estado, mas sim de toda a sociedade, que precisa entender seu papel na busca pelos parâmetros de justiça, igualdade e equidade que todos tendem a desejar, mas, muitas vezes, nada fazem para efetivá-los no local onde vivem.

As principais limitações do estudo foram a dificuldade em encontrar os beneficiários em suas residências e as constantes divergências entre as respostas das coordenadoras pesquisadas e dos moradores do condomínio. Dessa forma, percebe-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, a fim de compreender a realidade em que se encontram os beneficiários e também como se têm efetivado o controle e a fiscalização pelo poder público nesses ambientes com o objetivo de garantir o alcance dos objetivos.

Referências

- BAHIA. Lei Estadual n.º 11.041, de 7 de maio de 2008. Institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Bahia, 8 de maio 2008.
- BORGES, Joamara Mota. *Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás*. Mestrado em Geografia. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14592/1/2013_JoamaraMotaBorges.pdf>. Acesso em 5-7-2015.
- BRASIL. Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro

para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 21 de agosto de 1964.

CHALHUB, Melhim Namem. *Propriedade imobiliária: função social e outros aspectos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. O olhar da mulher sobre a exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. *Anais*. . . Salvador: Anpad, 2006. CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, Brasil*. Disponível em <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em 5-3-2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas Sociais: acompanhamento e análise. *BPS*, n.º 23, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25812&Itemid=9>. Acesso em 3-8-2015.

JANUÁRIO, Susana; Mendes, Maria Manuella; Ferreira, Helder Rodrigues; Samagaio, Florbela & Rodrigues, Eduardo Vitor. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, n.º 9, 1999, pp. 63-101. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf>>. Acesso em 4-1-2016.

JANUZZI, Paulo de Martino; Sousa, Marconi Fernandes de; Vaz, Alexander Cambraia Nascimento; Fonseca, Julio Cesar Gomes & Barbosa, Marcia Valéria Sousa. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In: Campello, T.; Falcão, T. & Costa, P. V. da (org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. *Estud. av.*, São Paulo, vol. 9, n.º 24, pp. 9-74, ago. 1995. Disponível

- em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10-8-2015.
- MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia (MG), vol. 24, n.º 2, pp. 81-102, jan.-jun. 2010.
- NOGUEIRA, Joilma Sampaio. *Políticas públicas de habitação no Brasil: uma análise do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no Município de Santo Antonio de Jesus/BA*. Tese (Pós-Graduação em Gestão Pública). Cachoeira: Faculdade Adventista da Bahia, 2010. Disponível em <http://www.adventista.edu.br/_imagens/pos_graduacao/files/ARTIGO%20TCC%20%20JOILMA%20SAMPAIO%20NOGUEIRA.pdf>. Acesso em 10-2-2016.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, vol. 5, n.º 2, pp. 37-48, mai.-ago. 2002.
- OLIVEIRA, Juliano Varela de & Leal, Suely Maria Ribeiro. Desenvolvimento capitalista e política habitacional brasileira: o retrocesso do paradigma participativo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida. In: PRIMEIRO CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011 Brasília. *Anais*. . . Brasília: Code, 2011. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo1.pdf>>. Acesso em 10-10-2015.
- SALGADO, J. A. Desigualdade social. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A. M. C. & Vieira, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VIEIRA, Carine de Almeida; Marin, Solange Regina; Porsse, Melody de Campos Soares; Ottonelli, Janaina & Glasenapp, Sirlei. A concepção da pobreza como privação de capacitações e as políticas públicas: uma poposta de medida multidimensional para o município de Silveira Martins, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. *Anais*. . . Salvador: Anpad, 2012. CD-ROM.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamentos e métodos*. 2.ª ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.

